

# QUESTÕES DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE, UM COMPROMISSO CIENTÍFICO, POLÍTICO E SOCIAL

Cláudia Vianna, Soraia Chung Saura<sup>1</sup>



---

*Entre as contribuições dos estudos de gênero encontra-se especialmente a crítica ao determinismo biológico e o combate ao sexismo, racismo, misoginia, homo, trans e lesbofobia e outras formas de desigualdades. A produção acadêmica na perspectiva de gênero contribui para a ciência ao incorporar metodologias e epistemologias que são capazes de extrair diferentes compreensões e questões sobre dados de todas as áreas de conhecimento. Vale destacar o compromisso político, científico e social ao usar essa categoria analítica, algo de que não podemos nos abster enquanto comunidade científica da América Latina, basta olhar o contexto*

Nossa história recente sobre educação — do ensino básico ao ensino universitário — registra a construção e a defesa do debate de gênero nas diferentes instâncias de decisão e execução de políticas e práticas educacionais. É importante lembrar que esse debate nasceu no contexto das lutas por direitos sociais, portanto, na construção do que hoje denominamos cidadania. Trata-se de uma longa trajetória de diferentes grupos que se querem representados na ciência e na vida, solicitando que a discussão seja pautada e inserida tanto no Ensino de um modo geral, quanto na Pesquisa e na Extensão.

O gênero em suas diversas utilizações tem sido associado às mulheres, aos movimentos feministas, aos estudos feministas e às relações sociais entre os sexos. Suas distintas concepções estão historicamente relacionadas às diferentes raízes da opressão feminina e às heterogêneas perspectivas feministas sobre as formas de defesa dos direitos das mulheres, com grande influência dos múltiplos feminismos apresentados nas teorias sociais a partir da década de 1970. Nesse longo processo de

lutas, somam-se os movimentos de ativismo feminista e LGBTQIA+<sup>2</sup>.

Entre as contribuições dos estudos de gênero encontra-se especialmente a crítica ao determinismo biológico e o combate ao sexismo, racismo, misoginia, homo, trans e lesbofobia, entre outras formas de desigualdades. As pesquisas questionam o binarismo simples e plano, demonstrando qualitativamente e quantitativamente que esse binarismo não corresponde à vivência de muitas pessoas, especialmente no que tange à população LGBTQIA+.

Se o conceito desafia algumas das estruturas milenares sobre as quais as sociedades foram historicamente construídas, também apresenta as mudanças que a própria construção dos corpos e das sexualidades tem denunciado no enquadramento dessas sexualidades por um conjunto de leis, costumes, regras, normas e variáveis no tempo e no espaço, que materializam o sexo.

Nesse sentido, o gênero é um caminho para compreender as distintas e complexas dimensões do humano e do saber produzido sobre as sexualidades. Esse conhecimento

nunca é neutro, pelo contrário, resulta das tensões e das contradições sociais — tanto do meio social mais amplo, como do meio específico. Pois mesmo em relação às questões da mulher, não existe uma unicidade de posicionamentos, considerando a diversidade abarcada no ser mulher e nas suas interseccionalidades.

Poderíamos então indagar o que garante a operacionalização e a análise das pesquisas na interface com gênero. Conforme Joan Scott (1995, 2011) o conceito de gênero pode ser útil para a apreensão da construção social e histórica das relações sociais. Ou seja, dos símbolos usados pelas culturas e sociedades para dar significado às coisas, de diferentes maneiras; das normas e das concepções políticas que pautam as atribuições de masculino/feminino para as diversas instituições; das que definem a divisão sexual do trabalho; dos esportes que são, entre outras qualidades, referência de corpos possíveis para a sociedade; das características humanas e dos debates sobre padrões ideais responsáveis por adoecimentos; das identidades individuais e coletivas constituídas

também por esses símbolos; das raízes dos preconceitos; das normas e concepções associadas ao gênero e pautadas por relações de poder, e assim por diante. São, portanto, múltiplos processos de dominação cultural, econômica, política e simbólica que constituem sentidos e significados mais amplos como feminilidade, masculinidade, democracia, igualdade, entre tantos outros. A produção acadêmica na perspectiva de gênero contribui para a ciência ao incorporar metodologias e epistemologias que são capazes de extrair diferentes compreensões e questões sobre dados de todas as áreas de conhecimento. Vale destacar o compromisso político, científico e social ao usar essa categoria analítica, algo de que não podemos nos abster enquanto comunidade científica da América Latina, basta olhar o contexto. Se o fazer ciência parte deste referencial que não se abstém de dialogar com a realidade na qual vivemos, percebemos que são as questões de gênero que nos auxiliam a compreender, de forma mais ampla, esse nosso contexto cruel marcado por violências, preconceito e morte das mulheres, especialmente mulheres negras e da população LGBTQIA+.

Em 2013 o Mapa da Violência registrou 4.762 homicídios dolosos de mulheres e só nos primeiros seis meses de pandemia, em 2020, 1.890 mulheres foram mortas de forma violenta, além de 648 feminicídios. Em 2019, o Grupo Gay da Bahia chamou a atenção para 141 mortes de pessoas LGBTQIA+ no Brasil. Já a expectativa média de vida de pessoas trans em nosso país é de 35 anos, menos da metade da média nacional. E de acordo com a Associa-

ção Nacional de Travestis e Transexuais, essa população trans representa 1,9% da população brasileira, isto é, quase 4 milhões de pessoas que são ameaçadas em seus direitos à vida cotidianamente.

O que significa pensar em políticas públicas de garantia da educação sem saber nem quem tem acesso, e nem quem tem dificuldade em permanecer, seja em uma creche ou no Ensino Superior?

**A educação é ferramenta de disputa. É um campo em constante tensão, reprodução e resistência à discriminação de gênero. Nos coloca desafios quanto à formação do corpo docente; à aceitação de todos os tipos de corpos; à constituição do currículo com vozes das culturas silenciadas**

Para quem vive na própria pele as desigualdades — basta observarmos a conjuntura da pandemia e os dados produzidos sobre os diferentes grupos de mulheres — tratar essas questões é mais do que urgente. E a educação pública e universitária, com a missão de gerar novas formas de conhecimento e de olhar o mundo, tem a incumbência de integrar es-

sas pessoas e seus saberes, atendendo assim ao nosso papel social de nos atualizarmos frente às demandas de nosso tempo. Um espaço de resgate da importância da educação para o enfrentamento da violência contra a mulher, contra as infâncias e contra todos os corpos dissonantes — porém existentes — e que muito têm a contribuir em todos os campos de conhecimento. Também para a construção de ações que evitem a permanente exclusão das pessoas LGBTQIA+. Notem que todos esses sentidos são interdependentes. Muita(o)s autora(e)s ressaltam o caráter reprodutor da educação em relação à reiteração das normas e valores tradicionais, de estereótipos e de relações hierárquicas. Mas ressaltamos que a instituição escolar — especialmente a universitária — tem sido o lugar de construção de novas éticas, novas normas, novas formas de ser e estar no mundo, novas resistências a esses processos de controle, além de novas estratégias de enfrentamento de relações e de possibilidades de deslocamentos das questões de gênero e sexualidade. Essas temáticas estão constantemente sendo atualizadas e agora somos todas convocadas a olhar para elas de modo científico.

A ambivalência ainda presente em torno destes assuntos torna a educação uma ferramenta de disputa, um espaço estratégico para a sociedade. Por isso esse é um campo em constante tensão, reprodução e resistência à discriminação de gênero. Deste modo, nos coloca desafios quanto à formação do corpo docente; à elaboração de livros didáticos em todas as áreas do conhecimento; à problematização das identidades de estudantes; à aceitação de todos

os tipos de corpos; à constituição do currículo com saberes e vozes das culturas silenciadas, com imagens positivas dos grupos invisibilizados, de suas conquistas e de suas formas de luta.

O relatório *Education at Glance 2019* da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostra, por exemplo, que as mulheres brasileiras têm 34% mais probabilidade de se formar no ensino superior do que os homens. Apesar deste dado animador, as pesquisas revelam que ainda estão perpetuados nichos científicos considerados masculinos e proibitivos às mulheres — seguidos de outros considerados tipicamente femininos, como a educação, o bem estar, o social, entre outras profissões que focam no cuidado em geral.

Nossas Instituições de Ensino Superior, sejam elas privadas ou públicas, carregam fortemente a marca da desigualdade de gênero, como apontam também as pesquisas recentes. Os dados se mostram na constante desigualdade na construção da carreira, na diferenciação de salários entre mulheres e homens e na predominante masculinização da ciência e suas interáreas. Em uma reprodução do machismo estrutural vivenciado fora da Universidade, do lado de dentro as pesquisadoras mulheres passam a perceber e averiguar mecanismos de manutenção de poder mesmo entre estudantes. Poder este usado para coibir jovens mulheres cientistas e tirá-las do campo do jogo, por meio de uma estrutura social que pode ter início com uma simples cantada insistente, uma piada ou um hino de torcida nos festivos de jogos universitários — e que

culmina em toda uma cultura do estupro que ao fim e ao cabo protege os violadores, culpabilizando e anulando os direitos das vítimas, justificando e validando o feminicídio.

Estudos nos mostram que a violência contra as mulheres, especialmente de caráter sexual, tem sido reconhecida como altamente frequente em diversas universidades ao redor do mundo, estimando-se que de 15% a 25% das alunas sofrerão alguma forma de ataque sexual durante o curso (Lichty, Campbell, Schuiteman, 2008). São dados que as cientistas e docentes mulheres simplesmente se recusam a corroborar. Em uma pesquisa mais geral no Brasil, feita pelo Instituto Data Popular com apoio da Avon, 67% das alunas de instituições universitárias públicas e privadas reconhecem ter sofrido algum tipo de violência<sup>3</sup>. Na mesma pesquisa, 56% sentiram-se assediadas sexualmente e 28% relatam atos que constituem violência sexual. Uma pesquisa mais recente, específica entre alunas e alunos da USP, reitera estes dados alarmantes e poderia subsidiar políticas de proteção e combate mais precisas.

No ambiente universitário, a vulnerabilidade de gênero — e também de classe, de raça e de etnia — se expressa de modo bastante grave, com consequências importantes para a saúde como demonstrado pela literatura (ELLSBERG, JANSEN, HEISE, WATTS, GARCÍA-MORENO, 2008). Mecanismos para identificar dificuldades de permanência e violências estruturais existentes entre estudantes seriam simples de implementar, como uma caixa no sistema Júpiter para identificar violências sofridas ou dificuldades de permanência, que

poderiam tornar-se dados de análise e de construção de políticas de enfrentamento. Não é de hoje que perdemos alunas e potenciais cientistas por conta da violência de gênero instaurada em nosso meio.

**Os dados gerais da USP revelam que a dureza se dá não apenas na moradia estudantil e em relação às mulheres, mas em todos os locais e na desigualdade que se expressa, por exemplo, em relação à população negra e LGBTQIA+**

Não podemos abandonar este texto sem falar das políticas de permanência no ambiente universitário. A Comissão contra a Violência de Gênero do Conjunto Residencial (Crusp), criada no dia 4 de maio de 2016 pela Superintendência de Assistência Social (SAS) da Universidade de São Paulo — devido a uma intensa mobilização de moradoras e outras estudantes — culminou em uma ocupação em abril deste mesmo ano e apresentou um Relatório Final (2016) que traz o testemunho de diversos desafios entre os estudantes — depressão, ideação suicida, DST, gravidez indesejada, aborto, além de traumas físicos — e de eventos, em distintos níveis de gravidade, que envolvem violências sexuais, físicas, morais, psicológicas e patrimoniais das quais as estudantes

têm sido vítimas tanto por parte de outros estudantes e moradores irregulares, quanto de servidores permanentes e temporários da instituição. Não apenas na moradia, mas no cotidiano interno de seus cursos.

No que tange à moradia estudantil, a sua precarização; a falta de vagas; a não adaptação de vagas para as mães — bem como o impedimento de inscrição de mães no processo seletivo à vaga, de acordo com o atual regimento<sup>4</sup>; a não existência no regulamento interno do Crusp (e da nossa Universidade) de quaisquer critérios específicos para atender casos de violência de gênero; a ambiguidade, por parte da Superintendência de Assistência Social (SAS), nos processos de averiguação, acolhimento e responsabilização dos casos de violência e a denúncia de tais casos permanentemente impunes são alguns dos fatores que submetem e intensificam situações de violência física, moral, psicológica e patrimonial a que as estudantes estão vulneráveis. Estes danos tem se mostrado irreversíveis às alunas, dificultando ou impedindo a conclusão de sua atividade fim na universidade: os estudos para uma formação profissional. Especialmente durante a pandemia, quando a *Rede Não Cala!* atuou com a escuta e acolhimento destes estudantes do Crusp, percebeu-se que essa precária estrutura se mantém e é responsável pelas situações estressantes e cotidianas vividas pelos estudantes, bem como pelo abandono institucional a que estão submetidos desde 2016, quando foram identificados.

Os diferentes atores e grupos que formam a nossa universidade devem indagar-se, desta forma, se uma moradia estudantil com foco na perma-

nência é necessária na USP, como nos *campi* das melhores universidades do mundo. Se sim, a *Rede Não Cala!* diagnosticou no ano de 2020 em diversos encontros com estudantes que o Crusp carece de recursos materiais e precisa da presença institucional — para reconhecimento dos problemas, para oferecer escuta, diálogo e mediação qualificada de conflitos, para uma construção democrática de normas de convivência, para revisão de seu regimento.

Os dados gerais da nossa universidade revelam que a dureza se dá não apenas na moradia estudantil e em relação às mulheres, mas em todos os locais e na desigualdade que se expressa, por exemplo, em relação à população negra e LGBTQIA+. A produção acadêmica e científica que se desenvolve a partir dessa experiência concreta e material da realidade de nossas alunas, alunos e alunes encontra seu limite naquilo que não se encaixa ou que não pode ser compreendido dentro do sistema — mas existe. Nosso esforço então, se direciona a novas éticas científicas para que os sistemas — as pesquisas e políticas de permanência — se adequem aos novos tempos e acolham com legitimidade qualquer aluna, aluno e alune.

Uma das únicas ações voltadas para a garantia de permanência no ambiente universitário de pessoas trans foi o uso do “nome social” como um mecanismo de reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans que ainda não modificaram sua documentação civil. De acordo com o Portal USP Diversidade da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU), “o nome social é definido como a adoção/adequação do senso

de identificação do sujeito referenciando o nome que o representa, evitando a exposição desnecessária do indivíduo, o constrangimento de ser tratado de uma forma que não condiz com sua condição humana, psicológica, moral, intelectual, emocional e que não o representa. Tem por objetivo o reconhecimento social e individual segundo o Art. 16 do Código Civil onde toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome”. Este nome social é um direito de alunes trans, podendo decidir se, nas documentações e listas da universidade, constem seus nomes originais ou não. Trata-se de um reconhecimento, porém diante das dificuldades históricas da população trans — assassinadas e mortas sistematicamente não apenas pelas vias de fato, mas por todo um sistema de exclusão social destes corpos — é necessária a adoção de políticas coletivas e individuais para que sobrecheguem aos espaços da universidade. Importante destacar que o movimento LGBTQIA+ é bastante heterogêneo, destacando-se assim a importância da representatividade de diversos grupos em todas as áreas da ciência, para que essas novas éticas possam dialogar com o instituído e assim, renová-lo.

Iniciativas mais isoladas, mas promissoras, podem ser encontradas em alguns institutos e faculdades que procuram construir alternativas para garantir a democratização do acesso, assim como equidade e justiça nas condições de permanência na USP. A título de exemplo vale mencionar a Comissão de Equidade da Faculdade de Educação. Esta Comissão tem o mesmo *status* das subcomissões de Direitos Humanos da USP e busca o

“enfrentamento de formas institucionais de discriminação, com ênfase em políticas afirmativas e distributivas para superação das desigualdades étnicas, raciais, de gênero e orientação sexual, de situação de deficiência e/ou mobilidade reduzida”, na Graduação e também com a Câmara de Equidade da Pós-Graduação, instância de apoio à Comissão de Pós-Graduação (CPG) e vinculada à referida Comissão de Equidade. Na Faculdade de Educação há quatro instâncias com objetivos, organização e composição próprias: o Programa Acolhe; o Programa Autonomia Acadêmica; o Grupo de Apoio às Estratégias Digitais (Gaed); e a Câmara de Equidade da Pós-Graduação<sup>5</sup>.

**Desafios e perspectivas**  
**No que tange à pesquisa, o campo teórico do debate de gênero é vasto e capaz de trazer a riqueza e a complexidade da experiência humana. Desde Simone de Beauvoir emergem dele questões pertinentes ao campo social e conceitos como interdependência, ética do cuidado, empoderamento**

As questões de gênero, a produção das sexualidades e a diversidade sexual foram introduzidas nas políticas públicas de educação no Brasil com maior ênfase a partir da década de 1990 — pelo his-

tórico de lutas e organização destes diferentes grupos sociais. À inclusão dessa perspectiva nas leis, decretos, planos, parâmetros e diretrizes produzidas no âmbito da educação pública, entre 1988 e 2002, somou-se o esforço de organização do debate acadêmico sobre gênero, sexualidade e educação formal, bem como a respeito da produção acadêmica nacional acerca da introdução do gênero, das sexualidades e da diversidade sexual nas políticas públicas de educação no Brasil. Foi um processo tenso e negociado entre grupos por interesses concretos do Estado.

As décadas de 1990 e 2000 foram marcadas por mudanças no campo político e econômico após governos ditatoriais em diversos países. No caso do Brasil, a pressão internacional com acordos e compromissos entre nações somou-se aos movimentos sociais feministas e LGBTQIA+ no enfrentamento das desigualdades, pautados por organismos internacionais como a ONU. Os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) fizeram importantes investimentos no enfrentamento das desigualdades e discriminações sociais (VIANNA, 2018). No caso das políticas educacionais, temas como gênero, sexualidade, diversidade sexual, direitos humanos, raça, entre outros, passaram a fazer parte das propostas realizadas, direta ou indiretamente, pelo governo federal, com ampliação de projetos e programas. Exemplos desse processo de negociação por direitos encontram-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, 1998); na Confe-

rência Nacional da Educação Básica (2008); no Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT (2009); nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (2012); nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio com educação obrigatória em direitos humanos (2012).

Entre as políticas de gênero para o Ensino Superior vale destacar a Universidade Aberta do Brasil (UAB), que possui como um de seus objetivos reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e formar docentes e demais profissionais de educação nas áreas da diversidade, com ênfase para “educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil”<sup>6</sup>. Um dos programas de formação apoiado pela UAB foi o programa de formação em Gênero e Diversidade na Escola (GDE) desde 2006.

Contudo, esses avanços nunca foram lineares ou sem conflitos. São processos contraditórios, permeados pelo fortalecimento de propostas conservadoras nas arenas políticas, muitas inclusive incompatíveis com os ideais democráticos e direitos humanos acordados internacionalmente, com paulatina diminuição e desqualificação de políticas sociais voltadas para a redução das desigualdades sociais — herança de nossos processos colonizadores e presentes até os dias de hoje.

Ainda persistem em nossas políticas educacionais reformas que desqualificam a(o)s trabalhadora(e)s da educação — em sua maioria mulheres — em uma perspectiva neoliberal,

qual seja, conforme uma lógica restrita de mercado, desconsiderando interseccionalidades, por exemplo. Assisitimos a um retrocesso: extinção de programas importantes; diminuição de secretarias e ministérios relativos à diversidade e avanço das bancadas religiosas no âmbito público; a reforma do Ensino Médio em que disciplinas como Sociologia e Filosofia perderam espaço na oferta de disciplinas de formação; currículos homogeneizadores em âmbitos nacional, estadual e municipal; e o imenso corte de verbas para pesquisas nas universidades públicas.

Falar de gênero nos diversos campos de conhecimento que compõem uma universidade é falar de diversidade, inclusão e avaliação —

questões tão evidentes nos discursos educacionais atuais. Isso implica pensar em uma educação para a igualdade entre homens e mulheres — e isso é precisamente o feminismo — ou ainda organizar uma gestão escolar mais humana e menos meritocrática, envolvendo conhecimento crítico da realidade que nos cerca.

No que tange à pesquisa, o vasto campo teórico do debate de gênero é amplo e capaz de trazer a riqueza e a complexidade da experiência humana, apresentando questões pertinentes para o campo social, desde Simone de Beauvoir. É deste campo de assunto que conceitos como interdependência, interdisciplinaridade, ética do cuidado, empoderamento, entre outros,

emergem. Apresentam possibilidades de mudanças férteis para as teorias científicas, na medida em que se dirigem também às diferentes práticas de pesquisa, sendo oriundas de teorias críticas por definição, buscando um lugar para uma ética do cuidado, para ações não-patriarcais em benefício de mulheres, crianças, população LGBTQIA+ e também dos homens, pois uma sociedade menos desigual e mais plural beneficia a todes.

Trata-se de tema fundamental para o debate em todos os lugares nos quais vivemos e atuamos, em todas as instituições onde trabalhamos e, claro e especialmente, sendo premente e atual também na Universidade de São Paulo.

## Referências

- BRASIL-INEP. Disponível no endereço <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacaosuperior>.
- Ellsberg Mary, Jansen, Henrica A. F. M., Heise Lory, Watts Charlotte H., Garcia-Moreno Claudia. “Intimate partner violence and women’s physical and mental health in the WHO multi-country study on women’s health and domestic violence: an observational study”. *Lancet*. 2008, 371 (9619): 1165-72.
- Instituto Avon. *Violência contra a mulher no ambiente universitário*. Instituto Avon/Data Popular, 2015.
- Lichty, Lauren F., Campbell, Rebecca, Schuiteman, Jayne. (2008) “Developing a University-Wide Institutional Response to Sexual Assault and Relationship Violence”. *Journal of Prevention & Intervention in the Community*, 36:1-2, 5-22.
- PISCITELLI, Adriana. “Gênero: a história de um conceito”. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3100035/mod\\_resource/content/1/PISCITELLI%2C%20Adriana.%20G%3AAnero%20a%20hist%C3%B3ria%20de%20um%20conceito..PDF](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3100035/mod_resource/content/1/PISCITELLI%2C%20Adriana.%20G%3AAnero%20a%20hist%C3%B3ria%20de%20um%20conceito..PDF)>. 2009. Acesso em 12/7/2019.
- RELATÓRIO FINAL – COMISSÃO INSTAURADA PELA PORTARIA GS N. 13, 2016. USP. Resolução 4.349, de 2/1/1997, do Conselho Universitário.
- SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- \_\_\_\_\_. “Gênero: Todavía uma categoria útil para el análisis”. *La manzana de la discordia*, v.6, n.1, p. 95-101, enero-junio, 2011.
- VIANNA, Cláudia. *Políticas de educação, gênero e diversidade sexual: breve história de lutas, danos e resistências*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

## Notas

- 1 Cláudia Vianna é professora sênior da Faculdade de Educação da USP. Pesquisa as relações de gênero nas políticas educacionais, com ênfase nas identidades docentes e na diversidade sexual. Soraia Chung Saura é docente da Escola de Educação Física e Esporte da USP, investigando lazer, brincar, jogos e manifestações de povos tradicionais e esportes em perspectivas decoloniais e sob o viés da fenomenologia da imagem.
- 2 A sigla LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queers, Intersexos, Assexuais), aqui adotada, não é suficiente para abarcar as múltiplas formas de expressão e identificação sexuais e de gênero, por isso a referência + para referenciar o processo de permanente construção das identificações de gênero (pessoas travestis, transexuais, transgêneras, homens trans, não-binárias, *agender*, *queer*) e sexualidade (pessoas homossexuais, bissexuais, pansexuais, assexuais) existentes.
- 3 Cf. [http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon\\_V9\\_FINAL\\_Bx20151.pdf](http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf)
- 4 Resolução 4349/1997.
- 5 <http://www4.fe.usp.br/comissao-de-equidade/apresentacao>
- 6 Cf. <http://portal.mec.gov.br/uab/uab>.